

Líder do Governo na Alerj aponta possíveis demandas para atendimento



Em reunião com o Sintuperj e o Comando de Greve dos técnico-administrativos da Uerj nesta quinta-feira (14/07), o líder do Governo na Alerj, deputado estadual Edson Albertassi (PMDB), juntamente o secretário de Estado de Ciência e Tecnologia (SeCT), Gustavo Tutuca, o diretor geral de Administração e Finanças da SeCT, Gabriell Carvalho, reitor e vice-reitora da Uerj, Ruy Garcia Marques e Georgina Muniz, além dos os deputados Waldeck Carneiro (PT) e Dr. Julianelli (Rede), ficaram definidas quais das reivindicações da categoria técnico-administrativa da Uerj poderiam ser atendidas pelo Governo. Veja os pontos discutidos:

Enquadramento do nível superior

As autoridades presentes sinalizaram positivamente para o reenquadramento dos profissionais de nível superior a cada dois anos. O coordenador geral do Sintuperj Jorge Luís Mattos de Lemos (Gaúcho) explicou a respeito desse pleito que no primeiro plano de carreira (2006) todos os níveis eram enquadrados a cada dois anos, e que a reformulação do plano (2014) estabeleceu os atuais três anos para o nível superior. “Para um profissional de nível médio chegar ao padrão 10, ele precisa de 20 anos de Uerj. Já o nível superior precisa de 30 anos. Tempo é vida! E vida tem que ser igual para todos”,

argumentou Gaúcho.

Regulamentação dos seis processos aprovados no Consun

O mesmo aconteceu em relação aos processos dos aproximadamente 400 servidores técnico-administrativos da área administrativa da Uerj que integraram os seis processos aprovados pelo Conselho Universitário da Uerj, no sentido de legalizá-los para que não se tenha problemas na aposentadoria.

Periculosidade/insalubridade

Gaúcho explicou aos presentes que todos os servidores que recebiam os adicionais de periculosidade e insalubridade os incorporavam na aposentadoria até dezembro de 2008, e esse direito foi perdido. Na lei atual, por ocasião da aposentadoria o servidor tem que optar por continuar recebendo estes adicionais ou manter a paridade. Gaúcho lembrou ainda que após a perda em 2008, o RioPrevidencia

continuou descontando do contracheque do servidor sua contribuição em cima desses adicionais, só cessando este desconto a cerca de dois anos. Disse também que está demanda não traria nenhum tipo de impacto financeiro. Ao final das explicações, o parlamentar sinalizou positivamente à demanda, mas afirmou que será feita uma análise jurídica para definir se é possível atendê-la.

Cálculo do adicional de insalubridade

Sobre o cálculo do adicional de insalubridade que é calculado sobre o salário mínimo enquanto deveria ser calculado sobre o vencimento-base, o líder do Governo afirmou que não poderia atender a reivindicação devido ao impacto financeiro que seria em torno de R\$ 24 milhões/ano. Diante da negativa, a vice-reitora da Uerj, Georgina Muniz, propôs que fosse repensado a possibilidade de atendimento desse pleito, e que poderia ser até com um escalonamento para pagamento a partir de 2017. A proposta foi aceita pelos parlamentares e encampada por Gaúcho e pela coordenadora da Administração e Finanças do Sintuperj, Cássia Gonçalves. Ao final, ficou decidido pelas autoridades presentes um estudo sobre a possibilidade

de um escalonamento para atender essa demanda que ficou de ser apresentada na próxima reunião.

Garantia das 30h

A servidora Perciliana Rodrigues reivindicou as 30h para trabalhadores técnico-administrativos da Uerj, como ocorre com profissionais da Educação estadual básica. O deputado Albertassi explicou que a referida carga horária foi aprovada para os profissionais da Educação porque estes já a praticavam, e mesmo assim nem todos os cargos foram incluídos na lei das 30h. Além disso, o parlamentar afirmou que a redução da carga horária de trabalhadores técnico-administrativos da Uerj de 40h para 30h geraria um déficit de pessoal, obrigando a contratações e, por fim, aumentando o impacto financeiro nos cofres públicos e não houve acordo.

Foi então que o coordenador do Sintuperj Gaúcho, argumentou que na Uerj existem servidores que possuem lei federal que os amparam em carga horária de 30h ou menor, como, por exemplo, o Raio-X. E sugeriu que já que não poderia ser dadas as 30h para todos os servidores que, pelo menos, criasse um artigo na Lei 6701/2014 que as profissões que possuem lei federal com carga horária

definida fosse amparada. Palavras endossadas pelo reitor da Uerj, Ruy Garcia Marques. Ele afirmou que de fato existem profissionais na Uerj que fizeram concurso para 40h, mas na prática trabalham 30h devido às legislações federais que assim determinam.

Reformulação do plano de carreira

A servidora Vanja Monteiro defendeu o adicional de qualificação, assim como outras questões da reformulação. Houve também intervenção por parte das servidoras Perciliana, Cássia e da vice-reitora, Georgina Muniz, na tentativa de negociação do pleito. Mas as autoridades presentes, reafirmado pelo deputado Edson Albertassi, negaram qualquer possibilidade de atendimento no momento atual desta demanda devido à grave situação do Governo. Porém deixaram em aberto uma mesa de negociação permanente...

Ficou agendada a próxima reunião para terça-feira (19/07), às 17h, na Alerj. O Sintuperj convoca todos os trabalhadores a manterem vigília na Assembleia Legislativa durante as negociações a partir das 16h.